**TERMO ADITIVO A CONTRATO
PROCESSO Nº 2020/1002953**

Termo Aditivo: 5º
Data da Assinatura: 01/02/2021
Vigência: 01/02/2021 a 01/02/2022
Justificativa: Prorrogação do prazo de vigência.
Contrato: 41
Exercício: 2017
Dotação Orçamentária: 8888- 0261 - 339039
Contratada: HOSPITAL E MATERNIDADE SANTA LUISA DE MARILLAC- HOSPITAL DE CAMETÁ
CNPJ n05.349.675/0001-64.
Endereço: Praça Padre Prudêncio, nº.1597, bairro Brasília, município CAMETÁ/PA, CEP:68.400-000,
Ordenador: BERNARDO ALBUQUERQUE DE ALMEIDA

**TERMO ADITIVO A CONTRATO
PROCESSO Nº 2020/1002953**

Termo Aditivo: 2º
Data da Assinatura: 03/02/2021
Vigência: 03/02/2021 a 03/02/2022
Justificativa: Prorrogação do prazo de vigência.
Contrato: 050
Exercício: 2019
Dotação Orçamentária: 8888- 0261 - 339039
Contratada: MULTI NORTE MEDICINA DIAGNÓSTICA LTDA.- MR MEDICINA DIAGNÓSTICA
CNPJ n. 21.426.362/0001-19
Endereço: Av. Nazaré- Nº. 1203 fundos, Bairro Nazaré, Município de BELÉM/PA, CEP:66.035-145
Ordenador: BERNARDO ALBUQUERQUE DE ALMEIDA

**TERMO ADITIVO A CONTRATO
PROCESSO Nº 2020/1002953**

Termo Aditivo: 4º
Data da Assinatura: 09/02/2021
Vigência: 09/02/2021 a 09/02/2022
Justificativa: Prorrogação do prazo de vigência.
Contrato: 47
Exercício: 2017
Dotação Orçamentária: 8888- 0261 - 339039
Contratada: LIMA E BASTOS MÉDICOS S/S LTDA-ME
CNPJ n. 01.710.042/0001-89
Endereço: AV. Conselheiro Furtado, nº.3055, bairro São Braz, Município Belém/PA, CEP:66063-060
Ordenador: BERNARDO ALBUQUERQUE DE ALMEIDA

**TERMO ADITIVO A CONTRATO
PROCESSO Nº 2020/1002953**

Termo Aditivo: 4º
Data da Assinatura: 03/02/2021
Vigência: 03/02/2021 a 03/02/2022
Justificativa: Prorrogação do prazo de vigência.
Contrato: 48
Exercício: 2017
Dotação Orçamentária: 8888- 0261 - 339039
Contratada: AMARAL COSTA MEDICINA DIAGNÓSTICAS S/S LTDA (LABORATÓRIO AMARAL COSTA)
CNPJ n04.572.038/0009-47.
Endereço: Av. Eduardo Angelim, nº. S/N - QD 376, Vila dos Cabanos- município Barcarena/PA, CEP:68.445-000,
Ordenador: BERNARDO ALBUQUERQUE DE ALMEIDA

Protocolo: 612769**INSTITUTO DE GESTÃO PREVIDENCIÁRIA
DO ESTADO DO PARÁ****APOSENTADORIA****Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará
PORTARIA AP Nº 16 DE 05 DE JANEIRO DE 2021**

Dispõe sobre a concessão do benefício previdenciário de aposentadoria POR IDADE E TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO – processo nº 2015/207677. O Presidente do Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará – IGEPREV, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Complementar Estadual nº 39 de 09/01/2002, alterações posteriores e demais dispositivos legais, resolve:

I – Aposentar, de acordo com o art. 6º, incisos I, II, III e IV, da Emenda Constitucional nº 41/2003, art. 2º da Emenda Constitucional nº 47/2005 c/c o art. 7º da Emenda Constitucional nº 41/2003 e os artigos 36 e 54-A, incisos I, II, III e IV da Lei Complementar nº 39/2002, com as alterações introduzidas pela Lei Complementar nº 49/2005; acordo firmado entre o Estado do Pará e o Sindicato dos Servidores Públicos do Estado do Pará nos autos da Ação Ordinária de Cobrança do Processo nº 00088290519998140301, que tramitou na 2ª Vara de Fazenda de Belém; art. 130, § 1º e caput, da Lei nº 5.810/1994 c/c o art. 94, § 2º, da Lei Complementar nº 39/2002, com as alterações trazidas pela Lei Complementar nº 44/2003; art. 131, § 1º, inciso X, da Lei nº 5.810/1994, MARIA

DO CARMO DA COSTA SEARA, mat. nº 20826/1, na função de Agente de Portaria, pertencente ao quadro de pessoal da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Agropecuário e da Pesca – SEDAP, recebendo nessa situação os proventos mensais de R\$1.846,25 (um mil, oitocentos e quarenta e seis reais e vinte e cinco centavos), conforme abaixo discriminado:

Vencimento Base	1.045,00
Vencimento Decisão Judicial SISPEMB – 12%	125,40
Adicional pelo Exercício de Função Gratificada de Secretária da Diretoria Técnica (FG-4) – 40%	60,43
Adicional por Tempo de Serviço – 50%	615,42
Total de Proventos	1.846,25

II – Esta Portaria produzirá seus efeitos a contar de 01/02/2021. DE-SE CIÊNCIA, REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRE-SE.
Ilton Giussepp Stival Mendes da Rocha Lopes da Silva
Presidente do IGEPREV/PA

Protocolo: 619365**Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará
PORTARIA AP Nº 102 DE 13 DE JANEIRO DE 2021**

Dispõe sobre a concessão do benefício previdenciário de aposentadoria POR IDADE E TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO – processo nº 2020/117131.

O Presidente do Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará – IGEPREV, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Complementar Estadual nº 39 de 09/01/2002, alterações posteriores e demais dispositivos legais, resolve:

I – Aposentar, de acordo com o art. 3º, incisos I, II, III e parágrafo único, da Emenda Constitucional nº 47/2005, art. 7º da Emenda Constitucional nº 41/2003 e os artigos 36 e 54-C, incisos I, II, III e parágrafo único, da Lei Complementar nº 39/2002, com as alterações introduzidas pela Lei Complementar nº 51/2006; art. 131, § 1º, inciso X, da Lei nº 5.810/1994, GONCALINA MARIA GONCALVES DE SOUSA, mat. nº 785261/1, na função de Servente, pertencente ao quadro de pessoal da Secretaria de Estado de Educação - SEDUC, recebendo nessa situação os proventos mensais de R\$1.567,50 (um mil, quinhentos e sessenta e sete reais e cinquenta centavos), conforme abaixo discriminado:

Vencimento Base	1.045,00
Adicional por Tempo de Serviço – 50%	522,50
Total de Proventos	1.567,50

II – Esta Portaria produzirá seus efeitos a contar de 01/02/2021. DE-SE CIÊNCIA, REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRE-SE.
Ilton Giussepp Stival Mendes da Rocha Lopes da Silva
Presidente do IGEPREV/PA

Protocolo: 620899**Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará
PORTARIA AP Nº 33 DE 06 DE JANEIRO DE 2021**

Dispõe sobre a concessão do benefício previdenciário de aposentadoria POR IDADE E TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO – processo nº 2014/147596.

O Presidente do Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará – IGEPREV, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Complementar Estadual nº 39 de 09/01/2002, alterações posteriores e demais dispositivos legais, resolve:

I – Aposentar, de acordo com o art. 3º, incisos I, II, III e parágrafo único, da Emenda Constitucional nº 47/2005, art. 7º da Emenda Constitucional nº 41/2003 e os artigos 36 e 54-C, incisos I, II, III e parágrafo único, da Lei Complementar nº 39/2002, com as alterações introduzidas pela Lei Complementar nº 51/2006; acordo firmado entre o Estado do Pará e o Sindicato dos Servidores Públicos do Estado do Pará nos autos da Ação Ordinária de Cobrança do Processo nº 00088290519998140301, que tramitou na 2ª Vara de Fazenda de Belém; art. 130, § 1º e caput, da Lei nº 5.810/1994 c/c o art. 94, § 2º, da Lei Complementar nº 39/2002, com as alterações trazidas pela Lei Complementar nº 44/2003; art. 131, § 1º, inciso IX, da Lei nº 5.810/1994, IRENE AIRES PEREIRA, mat. nº 3274926/1, na função de Auxiliar de Administração, pertencente ao quadro de pessoal da Secretaria de Estado de Transportes - SETRAN, recebendo nessa situação os proventos mensais de R\$1.784,70 (um mil, setecentos e oitenta e quatro reais e setenta centavos), conforme abaixo discriminado:

Vencimento Base	1.045,00
Vencimento Decisão Judicial SISPEMB – 12%	125,40
Adicional pelo Exercício de Função Gratificada de Chefe da Seção Regional de Conservação Rodoviária (FG-4) – 40%	60,43
Adicional por Tempo de Serviço – 45%	553,87
Total de Proventos	1.784,70

II – Esta Portaria produzirá seus efeitos a contar de 01/02/2021. DE-SE CIÊNCIA, REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRE-SE.
Ilton Giussepp Stival Mendes da Rocha Lopes da Silva
Presidente do IGEPREV/PA

Protocolo: 621924**Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará
PORTARIA AP Nº 17 DE 05 DE JANEIRO DE 2021**

Dispõe sobre a concessão do benefício previdenciário de aposentadoria POR IDADE E TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO – PROCESSO nº 2010/253859.

O Presidente do Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará – IGEPREV, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Complementar Estadual nº 39 de 09/01/2002, alterações posteriores e demais dispositivos legais, resolve:

I – Aposentar, de acordo com o art. 6º, incisos I, II, III e IV, da Emenda Constitucional nº 41/2003 c/c o art. 40, § 5º, da Constituição Federal de 1988, art. 2º da Emenda Constitucional nº 47/2005 c/c o art. 7º da Emenda Constitucional nº 41/2003 e os artigos 36 e 54-A, incisos I, II, III e IV da Lei Complementar nº 39/2002, com as alterações introduzidas pela